

À Biblioteca do Senado Federal
com o desejo de que a leitura
seja muito proveitosa

BSB, 05/II/25

[Handwritten signature]

DIÁLOGOS ENTRE OS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO

A Biblioteca do Senado Federal
na esperança de que contribua para a
pesquisa de todos os que a consultarem.

Brasília, 5/2/25-

William Harman



 Editora
SOBREDIREITO

341.233
D534
DEP
2025

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

DIÁLOGOS ENTRE OS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO

PREFÁCIO	9
----------------	---

CAPÍTULO 1

DA SURDEZ INSTITUCIONAL AO DIÁLOGO ENTRE PODERES

Georges Abboud

1	Algumas linhas sobre a separação de poderes: a falácia da surdez institucional	17
2	Operacionalização do diálogo entre Poderes a partir da experiência do STF	19
3	Considerações Finais	26
	Referências	28

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS ENTRE JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO

William Akerman

	Introdução	29
1	Entre a sentença e a lei	31
2	Teorias da última palavra e teorias dos diálogos constitucionais ..	33
3	Isolamento das variáveis ligadas às coordenadas geográficas relativas à teoria dos diálogos constitucionais	43
4	Reações legislativas, efeito <i>backlash</i> e mutação constitucional	47
4.1	Efeito <i>backlash</i> e ativismo congressional	50
4.2	Correção legislativa da jurisprudência	54
4.3	Mutação constitucional pela via legislativa: perspectiva não supremacista	55
5	Considerações finais	60
	Referências	63

CAPÍTULO 3

IMUNIDADE PARLAMENTAR: PRERROGATIVAS E LIMITES

Paulo Gustavo Gonet Branco

Pedro Gonet Branco

Introdução	69
1 Histórico.....	71
1.1 Modelo anglo-saxão x modelo francês.....	75
2 Tipos de imunidade.....	76
3 Histórico da imunidade parlamentar no Brasil.....	79
4 Imunidades no Estatuto do Congressista na CRFB/1988	89
4.1 Imunidade material.....	90
4.2 Imunidade formal.....	94
4.3 Prerrogativa de foro	96
4.4 Deputados estaduais e distritais.....	97
4.5 Vereadores	97
5 Considerações finais.....	98
Referências.....	99

CAPÍTULO 4

COMPREENSÃO DOS PODERES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A AMEAÇA JURISPRUDENCIAL AO INSTITUTO

Juliana Magalhães Fernandes Oliveira

Introdução	101
1 A natureza do controle legislativo	102
2 Os poderes de investigação próprios de autoridades judiciais ...	111
3 As divergências dos ministros do STF quanto à convocação de testemunhas	113
4 Considerações Finais.....	119
Referências.....	120

CAPÍTULO 5

OS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E OUTRAS AUTORIDADES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 E A PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE E DOS CIDADÃOS: PRINCIPAIS ASPECTOS E DESAFIOS DO PROJETO DE LEI Nº 1.388/2023

Fabiane Pereira de Oliveira

Gregório Assagra de Almeida

	Introdução	121
1	A Constituição de 1988 e a era da supremacia dos direitos fundamentais: normas de interpretação dos crimes de responsabilidade	122
2	Crimes de responsabilidade e a tutela de bens jurídicos constitucionais fundamentais difusos da sociedade e dos cidadãos na Constituição de 1988: o processo nos crimes de responsabilidade como modalidade especial e diferenciada de processo coletivo	128
3	Tipologia constitucional dos crimes de responsabilidade	132
4	Principais aspectos e desafios do PL nº 1.388/2023	134
4.1	Pontos introdutórios sobre o impeachment	134
4.2	O contexto histórico-constitucional do <i>impeachment</i> no Brasil ..	135
4.3	As modelagens estruturais da Lei nº 1.079/1950.....	145
4.4	Experiências da história nacional nos processos de Fernando Collor e Dilma Rousseff: a colcha de retalhos do vigente sistema normativo decorrente das evidentes inconstitucionalidades e decisões do Supremo Tribunal Federal	146
4.5	A Comissão de Juristas nomeada pela Presidência do Senado Federal: o nascimento do PL nº 1.388/2023, de autoria do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG).....	148
4.6	Principais aspectos e alguns desafios do PL nº 1.388/2023	152
5	Considerações finais	157
	Referências	161

CAPÍTULO 6

“ORÇAMENTO SECRETO”: OS ASPECTOS POLÍTICOS E JURÍDICOS DA ADPF Nº 850

Alessandro Vieira

Caio Morau

Introdução	163
1 O “orçamento secreto” e o contexto político do ajuizamento da ADPF nº 850.....	164
2 Notas sobre alguns dos fundamentos centrais da ADPF nº 850...	169
2.1 A arbitrariedade na escolha dos beneficiários do orçamento secreto.....	169
2.2 A dificuldade na rastreabilidade das dotações RP-9	171
3 A indispensável atuação do STF para frear os abusos das emendas de relator.....	173
4 Considerações Finais.....	179
Referências.....	181

CAPÍTULO 7

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, O CONSEQUENCIALISMO ECONÔMICO E A LIBERDADE ECONÔMICA: ALGUNS ACHADOS E REFLEXÕES

Amanda Flávio de Oliveira

Leonardo R. de Ávila e Silva

Introdução	183
1 O “consequencialismo econômico” e o STF	183
1.1 Breves considerações dogmáticas sobre o tema	184
1.2 Achados quantitativos	189
1.3 Estudos de caso.....	191
2 Reflexões sobre liberdade econômica e o STF	195
2.1 Breves considerações dogmáticas sobre o tema	197
2.2 Achados quantitativos	200
2.3 Estudos de caso.....	201
3 Considerações Finais	204
Referências.....	204

CAPÍTULO 8

MANDADO DE SEGURANÇA E PROCESSO LEGISLATIVO: CONTROLE JUDICIAL PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE

William Akerman

	Introdução	207
1	Do constitucionalismo liberal ao neoconstitucionalismo e o florescimento dos Tribunais Constitucionais.....	208
2	Fiscalização de constitucionalidade: panorama brasileiro.....	214
3	Mandado de segurança, controle de constitucionalidade preventivo judicial e devido processo legislativo	218
3.1	Legitimidade para a impetração.....	221
3.2	Objeto do mandado de segurança.....	223
3.2	Efeitos da aprovação do projeto de lei ou da proposta de emenda constitucional	226
4	Considerações Finais.....	227
	Referências.....	229

CAPÍTULO 9

OMISSÃO CONSTITUCIONAL E MANDADO DE INJUNÇÃO

Saul Tourinho Leal

	Introdução: o tratamento dogmático e jurisprudencial do tema	233
1	A superação do dogma do STF como legislador negativo nas hipóteses de omissão	239
2	Considerações gerais sobre o mandado de injunção: Constituição e Lei nº 13.300/2016.....	242
3	Constatação da mora e possibilidade de reparação	245
4	Mandado de injunção e diálogo legislativo	248
5	O mandado de injunção nas Constituições Estaduais	251
6	Distinções de efeitos nas decisões proferidas em sede de ação direta de inconstitucionalidade por omissão e em sede de mandado de injunção	251
7	Da teoria não concretista à teoria concretista: a jurisprudência do STF.....	252

8	Decisões manipulativas: novas formas de superação da omissão inconstitucional	257
9	Considerações Finais.....	264
	Referências.....	267

CAPÍTULO 10

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL, INSTRUMENTALIDADE DE FORMAS LEGISLATIVAS E AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL

Gustavo Binenbojm

1	A autonomia do Banco Central: justificativas políticas e objeções constitucionais.....	269
2	O voto do ministro Luís Roberto Barroso: instrumentalidade de formas legislativas e autocontenção judicial.....	271
2.1	A instrumentalidade de formas legislativas	272
2.2	A autocontenção judicial	274
3	Considerações Finais.....	275

CAPÍTULO 11

CURADORIA DE CONTEÚDO: REGULAÇÃO DA MÍDIA PARA O SÉCULO XXI

Thomas Vesting

Ricardo Campos

1	Um novo paradigma para a regulação da mídia.....	277
2	O jeito americano: a (des)integração de diferentes mídias	280
3	O jeito alemão: a integração de diferentes mídias.....	286
4	A nova lógica da curadoria de conteúdo.....	290
5	O Google como exemplo.....	294
6	A necessidade de proteção constitucional.....	296
7	O envolvimento da regulamentação da mídia estatal na auto-organização tecnológica da curadoria de conteúdo.....	298
	Referências.....	301